

A Guerra da Tríplice Aliança

Aspectos Militares

Aureliano Pinto de Moura

General, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e da Comissão Brasileira de História Militar, filiada à Comissão Internacional de História Militar, com sede em Bruxelas.

RESUMO

Com base nos depoimentos dos grandes Chefes Militares sobre a campanha da Tríplice Aliança, esta comunicação analisa diversos aspectos militares da Guerra da Tríplice Aliança, a exemplo da mobilização; organização; escrituração de arquivos; infantaria; cavalaria; artilharia; serviços especiais; instrução e evolução militares; serviço médico e eclesiástico; e ação conjunta.

PALAVRAS CHAVE: Guerra da Tríplice Aliança, Exército Brasileiro, Organização Militar.

ABSTRACT

This paper is based in testimonies of high military authorities on the Triple Alliance War. It analyzes several military aspects of this war, such as mobilization, organization, archive registration, infantry, cavalry, artillery, special services, military instruction and evolution, medical and ecclesiastical service, and combined action.

KEY-WORDS: Triple Alliance War, Brazilian Army, Organization Military.

ASPECTOS PRELIMINARES

Muito se tem dito sobre o Exército Brasileiro na Tríplice Aliança. Da sua organização, do seu desempenho, dos seus homens, do seu armamento e equipamento, das manobras realizadas. E sobretudo dos seus condutores, questionando Caxias pelo tempo de permanência em Tuiuti.

Muito se tem escrito com base, ou não, em fontes primárias. Críticas dos mal informados ou revisionistas, levados por suas ideologias.

A Guerra da Tríplice Aliança marca o apogeu e o ocaso do Império. No período de 1865 a 1870, o Império participou do maior conflito bélico da América Latina, integrando a Tríplice Aliança, juntamente com a Argentina e o Uruguai em confronto bélico com o Paraguai, de Francisco Solano López.

López organizara um Exército de 73.273 homens (1862), muito bem armado, segundo alguns autores, não tão bem na opinião de outros. Levantou várias fortificações desde Passo da Pátria, nas margens do Rio Paraná, até Assunção. Destacando-se Humaitá.

Não tendo um planejamento de defesa, o Império contava, em 1864, com um Exército de apenas 18 mil homens, distribuídos por todo o território nacional. Dos quais, seis mil no Uruguai, sob o comando de Osório.

O Exército, na época, não contava com um plano de defesa. As preocupações eram com a segurança das fronteiras sul e sudoeste, que dispunham de parques efetivos ou fortificações. Além do Rio de Janeiro.

Como reflexo da guerra civil uruguaia, Solano López ordenou a captura do navio mercante *Marquês de Olinda*, no final de dezembro de 1864, quando partia de Assunção para Corumbá. No dia 28, o Coronel Vicente Barrios, com cerca de 4.200 homens, conquistou Forte Coimbra (875 Soldados), Albuquerque e Corumbá. Enquanto o Coronel Francisco Isidoro Resquin, com 3.500, invadia Mato Grosso por Miranda, Nioaque e Dourados.

Após lhe ter sido negada a passagem pelo território missioneiro, 22 mil paraguaios, comandados pelo General Robles, invadiram Corrientes, enquanto o Tenente-Coronel Antonio de la Cruz Estigarribia invadia Misiones, com 12.300 homens. Atravessaram o território argentino e invadiram São Borja, em 10 de junho com dez mil soldados, seguindo depois para Itaqui e Uruguaiana. Os outros 2.300, seguindo o Rio Uruguai até passos de Los Libres, sob o comando do Major Duarte, acaba derrotado por Venâncio Flores em Yataí.

As tropas imperiais que guardavam a fronteira no Rio Uruguai não tiveram condições de defendê-la diante do ataque paraguaio, permitindo a ocupação de São Borja, Itaqui e Uruguaiana.

Vejamos o que disseram aqueles que lá estiveram, que lá combateram e que, apesar dos pesares, nos levaram à vitória. No *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*, de 1872, consta o relato apresentado à Assembleia Geral Legislativa (1ª Sessão da 14ª Legislatura) assinado pelo General João José de Oliveira Junqueira, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

Oliveira Junqueira, em sua apresentação, complementou o relato de seu antecessor descrevendo a realidade do Exército Imperial "... reduzido a 14.474 praças das três armas...", distribuídos por diversos pontos do Império, sendo que 2.870 permaneciam em território paraguaio, integrando uma divisão.

Em 16 de maio de 1872, o então Ministro, Visconde do Rio Branco, cumprindo determinação do Imperador, enviou a vários chefes militares, veteranos da Guerra, um expediente onde pediu seus pareceres, louvados na "proveitosa experiência da guerra".

MOBILIZAÇÃO

Os oficiais-generais brasileiros, em sua maioria, tinham experiência de guerra. Os demais oficiais eram formados em Escola

Militar ou em combate. Nem todos experientes em combate. A tropa normalmente era mal adestrada e pouco disciplinada.

O Exército contava como reserva a Guarda Nacional, criada em 1831 pelo Regente Feijó. Tropa quase nada adestrada para o combate, com exceção aos corpos de cavalaria do Rio Grande do Sul, presentes nas guerras platinas.

Ao tomar conhecimento do ataque paraguaio, o Imperador, no dia 7 de janeiro de 1865, decretou a criação do Corpo de Voluntários da Pátria e, no dia 21, o recrutamento de 15 mil guardas nacionais. Foram incorporados dez mil voluntários. Homens sem nenhum conhecimento da arte da guerra. Como complemento, foram incorporados: galés indultados, escravos libertos, recrutamento forçado, "... homens vadios, ou criminosos... a escória da sociedade e de constituição física imprópria" (Conde D'Eu).

O reflexo desse recrutamento foi organizar uma tropa inexperiente, de pouca disciplina, sem muito adestramento, sem espírito de corpo ou mesmo noção de pátria. Uma das causas dos insucessos na defesa de nossas fronteiras, em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul.

O adestramento só foi sendo adquirido ao longo da marcha até as barrancas do Rio Paraná, já sob comando de Osório.

Faltavam oficiais para o enquadramento das forças combatentes.

ORGANIZAÇÃO

As tropas foram organizadas em corpos de Exército, constituídos por divisões ou brigadas das armas combatentes. Com as divisões integradas por brigadas, regimentos ou batalhões das armas. Existia, ainda, o Batalhão de Engenheiros.

Brigada de Infantaria, de Cavalaria e de Artilharia eram integradas por regimentos ou batalhões das respectivas armas.

Infantaria:

Batalhão de Infantaria Leve
Batalhão de Infantaria Pesada
Batalhão de Voluntários da Pátria
Batalhão de Caçadores

Cavalaria:

Regimento de Cavalaria
Corpo de Cavalaria
Batalhão de Caçadores a Cavalari
Esquadrão ou Companhia de Cavalaria

Artilharia:

Regimento de Cavalaria a Cavalari
Batalhão de Artilharia a Pé

Batalhão de Engenheiros

ARMAMENTO

Infantaria:

Fuzil de pederneira Towner ou Barnett
Fuzil Minié de fulminante, raiado de ante-carga

Fuzil prussiano 1851 e Roberts 1867: má qualidade

Fuzil Spencer raiado de retrocarga (no final)

Fuzil Comblain (Conde D'Eu)

Falta de armas de retrocarga

Baioneta triangular ou espada baioneta

Mochila pesada

“Não vem o caso dizer qual dos sistemas é o mais vantajoso. Apenas dizer que as de cartucho metálico são as de mais fácil conservação e muito preferível a qualquer outro. Assim como seria preferível o Comblain, aos de ferrolho entre os quais o Chassepot e o Berdan”. (Conde D'Eu)

Cavalaria: Clavina Minié raiada de ante-carga

Clavina Spencer raiada de retrocarga (re-ceptáculo: 7 cartuchos)

Patrona de 60 tiros Minié (necessários 100 tiros)

Pistola de fulminante. A única arma adestrada e bem armada (Caxias).

Artilharia: Whitworth, 32, – só para o sítio de Humaitá

La Hitte: campanha, montanha ou sítio.

Artilharia raiada: bom desempenho

Calibres variados

Peças de bronze de origens e modelos diversos

Granadas nacionais de qualidade inferior.

“A Artilharia brasileira mostrou-se superior pelo seu alcance e justeza do tiro à de que dispunha o inimigo” (Conde D'Eu).

COMENTÁRIOS DO GENERAL CÂMARA – Visconde de Pelotas

A guerra não serviu para uma avaliação do nosso armamento. “Lutamos contra um inimigo inferior e mais atrasado”. Enquanto nosso armamento era superior em alcance e precisão (General Câmara).

“Para muitos, a guerra demonstrou a desnecessidade da conservação de um exército regular em pé de guerra; os que assim pensam cometem um grave erro. É difícil dissuadi-los de tão enraizada convicção. Nem o fato do prolongamento da guerra por cinco anos, nem o de terem apenas retornado ao Norte do Império 17.000 homens, dos 80.000 que de lá saíram. Nada poderás convencê-los”.

“O serviço das armas é o mais pesado e por isso deveria tocar a todos, através de um serviço militar obrigatório”. Afirmou Câmara em seu relato.

“A nossa vantagem foi diminuindo com o passar do tempo em função dos desgastes das armas e da péssima gente que era mandada para preencher os claros do nosso exército de linha e voluntários” (General Câmara).

ESCRITURAÇÃO DE ARQUIVOS (Conde D'Eu)

Foram grandes os desfalques de oficiais e praças para atender as necessidades burocráticas dos quartéis-generais e repartições, assim como de oficiais do Exército, empregadas em unidades de voluntários.

Ao se referir ao sistema de escrituração, mostrou a sua inteira paralisação desde o início da campanha. As unidades foram deixando para trás os seus livros mestres e os respectivos arquivos. Foram sendo abandonados pelos locais porque passavam essas unidades. Não se escrituravam mais os assentamentos de oficiais e dos praças. O que até hoje se ressentem os arquivos para a pesquisa histórica. Recomendou o Conde a escrituração sem interrupção pela sua importância não só para o militar, mas também para o Exército. Segundo ele, Caxias dissolveu o 5º Batalhão de Infantaria, e ele mesmo o 18º mandando recolher ao Império os seus arquivos. Na guerra, tornara-se difícil o transporte dos pesados arquivos, além do risco de extravio ou perda da documentação. O que ocorreu em vários momentos.

Para guardar ou colocar em dia os numerosos documentos arquivados, o Marechal Guilherme Xavier de Souza (antecessor do Conde) chegou a criar uma comissão de arquivistas, que prestou serviços até o final da guerra. Mas foi impossível regularizar a escrituração.

DESEMPENHO DAS ARMAS – Infantaria

A organização das armas não precisava ser tão complicada. Não via necessidade em estabelecer diferenças entre a infantaria pesada e a ligeira (Caxias e Conde D'Eu).

Na guerra procurou-se organizar os batalhões indistintamente, com efetivo de 500 homens. Foram, raríssimas vezes, em que se usaram os dois tipos de batalhão. As diferenças entre eles desapareceram no momento em que passaram usar as mesmas armas, de precisão, mais própria dos caçadores.

Os soldados não eram adestrados convenientemente, "... sendo desligados de exercícios de adestramento ao uso de suas armas". "Praticavam pouco o tiro ao alvo ou o manejo da baioneta, desconhecendo os seus meios de defesa e de ataque". (Caxias e Conde D'Eu)

O Conde D'Eu criticava a existência de companhias de infantaria de posição. Pois em tempo de guerra teriam a "obrigação de se tornarem móveis para engrossar as fileiras".

Em grande parte pelos defeitos do recrutamento onde, na maioria, "homens vadios ou criminosos, a escória da sociedade. Que são pela sua ignorância, sua falta de qualidade moral e mesmo condições físicas impróprias para o bom desempenho". (Conde D'Eu)

A dificuldade em mobilizar bons oficiais, decorreu do número insuficiente de militares oriundos da Escola Militar. (Conde D'Eu)

Voluntários e guardas nacionais, pouco entendiam da arte da guerra, prejudicando o desempenho, em combate.

Não sendo iguais os batalhões de infantaria e tendo eles que manobrem juntos, era conveniente que fossem igualados, elevando-se os da infantaria ligeira à organização de infantaria pesada (Caxias). Assim como havia necessidade em uniformizar o material bélico da Infantaria (General Câmara).

DESEMPENHO DAS ARMAS – Cavalaria

As praças de *pret*, da Cavalaria rio-grandense, eram superiores aos infantes da Infantaria, por serem homens experientes pelos frequentes conflitos ocorridos na região. Assim como os guardas nacionais participavam na defesa das fronteiras. O espírito militar estava incutido na própria população. (Conde D'Eu)

Os guardas nacionais e os voluntários gaúchos sempre demonstraram muita coragem e aptidão para lidar com o cavalo. Eram homens da campanha, que se destacaram no combate.

Causaram alguns problemas por não serem muito letrados, nem muito afeitos à disciplina e à administração. Isso se refletiu na falta de cuidado com os animais, agravando a situação da cavalaria. A sugestão do (Conde) foi a de criar um depósito de Cavalaria onde os recrutas pudessem aprender não só as primeiras letras, como aprimorar a lida com os animais e o uso das armas.

A falta de um esquadrão de transporte, durante a guerra, foi sentida, chegando a ser criado pelo General Guilherme, com oficiais e praças da Guarda Nacional.

Na opinião de alguns chefes militares os corpos de cavalaria deveriam contar com seis companhias ou três esquadrões. Sendo um de clavineiros armados com Spencer, raído de retrocarga. (General Câmara e Conde D'Eu)

Para Caxias, ficou patente, durante a guerra, a necessidade da criação de um Corpo de Transporte, a ser entregue à Cavalaria, devendo ser estacionado no Rio Grande do Sul. Quanto à organização da Cavalaria, propriamente dita, não deveria ser alterada, pois tendeu as necessidades da guerra. (Caxias)

DESDOBRAMENTO DAS ARMAS – Artilharia (Conde D'Eu)

O que mais chamou a atenção, no Paraguai, foi a falta de artilharia de campanha. Já em 1865, com a organização do 2º Corpo de Exército, criou-se mais um Regimento de Artilharia a Cavalos (provisório) constituído por voluntários e guardas nacionais.

Para o cerco de Humaitá, a necessidade levou à criação de quatro unidades de artilharia (Whitworth 32).

Os batalhões de artilharia a pé foram transformados em unidades de montanha ou a cavalo. Com exceção das unidades de Mato Grosso. Esse tipo de unidade não tinha mais razão de existir. A sugestão foi a criação de dois Regimentos de Artilharia a Cavalos. Uma no Paraná e outra no Rio Grande do Sul. (Caxias e o Conde D'Eu)

No litoral poderiam existir as guarnições das fortalezas, com pessoal adestrado em peças de grosso calibre.

Para o teatro de operações no Paraguai, o Arsenal de Guerra da Corte preparou batalhões de artilharia de montanha com reparos especiais para serem tracionados sem os armões, tornando-se mais leves. Mas a alteração não aprovou quando em operações. Os canhões Whitworth deveriam ser conduzidos em seus reparos e tracionados com a munição acondicionada em seus armões e carrões manchegos, em vez de usar os muares, de difícil controle.

Durante a guerra, os batalhões de artilharia de montanha foram adaptados, com reparos especiais a serem puxados sem os armões, tornando-se mais leves, alteração condenada pelos artilheiros de campanha. Não tinham estabilidade, no movimento. Os *La Hütte* não eram transportados por muares, como em outros exércitos. Na guerra ficou comprovado que a artilharia brasileira era muito pesada, carecendo de artilharia ligeira e de montanha. Por isso foi necessária a criação de mais um corpo de artilharia a cavalo, e aligeirar os batalhões de artilharia de posição existentes. (Caxias e Conde D'Eu)

DOS SERVIÇOS ESPECIAIS

Em campanha, o número de oficiais de Estado-Maior de 1ª Classe era superior aos habilitados em curso de engenharia. Por maior que possa ser o efetivo do Exército, em armas, os serviços próprios da comissão de engenheiros serão suficientemente preenchidos se houver uma comissão central, junto ao comando, composta por um chefe e um subchefe, oficiais superiores e de mais quatro oficiais.

Durante a guerra, afirma D'Eu, “nunca foram tantos os oficiais desse corpo em serviço, no exército em operações. Não convém entretanto, por várias razões, ser reduzido a tão pequeno número, o respectivo quadro”.

Quanto ao Estado-Maior, de 1ª Classe, recomendou que fossem “tirados os assistentes dos diferentes quartéis-generais e até, se possível, os ajudantes de campo”, como acontecia na Europa.

Quanto ao Estado-Maior de 2ª Classe, que por várias vezes foi ameaçado de extinção, por ser considerado de “excrescência do Exército”, na visão do Conde D'Eu, não seria bom essa extinção. O que havia, em realidade, era um número elevado desses oficiais sem habilitação científica. Entretanto,

afirmou que o quadro de Estado-Maior de 2ª Classe “carece de ser retocado”, aumentando o número de subalternos e capitães e diminuindo o número de oficiais superiores.

Seria interessante criar outro batalhão, o de *pontoneiros*. Isso levaria a necessidade de aumentar o número de oficiais engenheiros (Caxias). No Paraguai, havia um excesso de engenheiros. Ao passo que os de Estado-Maior eram carentes de pessoal.

Os oficiais de Estado-Maior de 2ª Classe foram suficientes durante a campanha.

A organização dos corpos especiais de Engenheiros e Estado-Maior de 1ª e 2ª Classes, na opinião do General Câmara, prestou-se perfeitamente ao serviço de campanha. Corpos compostos por oficiais habilitados em escolas do Império, que prestaram exemplares serviços na guerra. Entretanto, o efetivo de oficiais do Estado-Maior de 1ª Classe foi insuficiente. O que fez com que oficiais arregimentados recebessem as atribuições do Estado-Maior, desfalcando os regimentos e batalhões.

No Corpo de Engenheiros, pela visão do General Câmara, houve um excesso de oficiais, mormente superiores. A redução desses oficiais poderia propiciar o aumento dos efetivos no Estado-Maior de 1ª Classe.

Quanto ao Corpo de Estado-Maior de 2ª Classe, não há motivos para modificação. Estão em condições para atuarem na guerra como na paz.

A INSTRUÇÃO E AS EVOLUÇÕES MILITARES

a. Infantaria

O Decreto nº 2.978, de 2 de outubro de 1862, determinou que fossem adotadas as instruções constantes dos Regulamentos e Ordenanças portuguesas, de 1861. Essas instruções eram por demais complicadas. (Conde D'Eu)

Não seria recomendável mudar de chofre, o que se está habituado a fazer. Poderá haver muita dificuldade.

“Os toques de corneta e clarim devem continuar os mesmos (segundo o decreto) e não os previstos nas ordenanças portuguesas; embora nada exista escrito regulando os toques entre nós”. (Conde D'Eu)

b. Cavalaria

Na opinião do Conde D'Eu, na Cavalaria reina a maior confusão quanto à doutrina a ser usada. Ao marcharem para o Uruguai em 1864, os generais mostraram os inconvenientes das instruções portuguesas, enquanto em campanha. Deveria ser mantido o regulamento do Lord Beresford, de 1850. Em particular pela Guarda Nacional do Rio Grande.

c. Artilharia

Com artilharia raiada, já não justificava continuar adotando os regulamentos portugueses, que não eram aplicáveis, naquele momento.

Quanto à artilharia de montanha, a cavalo ou de sítio, de sistema *La Hitte* (cal. 4 e 12) estava sendo revista e estudado um projeto de instrução. Faltava apenas regular as manobras de evoluções das baterias.

Caxias julgava ser indispensável a elaboração de instruções reguladoras para as evoluções e manobras militares em harmonia com o armamento disponível.

As instruções que regulavam as manobras e as evoluções das três Armas deveriam ser revistas e uniformizadas por uma comissão de peritos. A instrução da Artilharia não vinha acompanhando o progresso. Havia necessidade de revisão de acordo com as táticas modernas, de cada uma das Armas assim como há necessidade de corrigir as faltas e a precisão dos tiros por armas de fogo. (General Câmara)

Seria importante para Cavalaria realizar instrução de velocidade, pois "a Cavalaria já não se presta mais aos grandes choques, mas destina-se aos grandes feitos que tem por fim paralisar e desorganizar o inimigo". (General Câmara)

O SERVIÇO MÉDICO (Conde D'Eu)

Não havia muita necessidade de reformas a serem introduzidas nesses corpos porque a sua organização não devia ser complicada.

No seu entendimento, não se justificava que o médico tivesse uma hierarquia igual aos demais oficiais. Assim também pensavam os Generais Polidoro, Henrique Rohan e o próprio Barão de Villa da Barra, que dirigiu o Corpo, no Paraguai, por algum tempo.

Segundo o barão, os médicos não estavam preocupados com a hierarquia, contanto que lhes dessem vantagens pecuniárias.

Não parecia ao Conde D'Eu que a hierarquia de capitão fosse recomendável ao médico, como preconizava o Barão de Villa da Barra, considerando que teria que exercer o cargo de diretor de hospital. Para Polidoro, deviam ser majores, com exceção dos chefes, que podiam chegar a brigadeiro. (Conde D'Eu)

O efetivo de médicos não poderia ser pequeno, como aconteceu no Paraguai. Em particular em uma situação de guerra, como foi o caso. Civis contratados exigiram remunerações extraordinárias para seguir para o teatro de operações, tendo sido muito dispendioso para o Exército. (Conde D'Eu)

O que seria de fato recomendável que se atribuíssem gratificações ao respectivo quadro. Havia pouco interesse pela carreira de médico militar. Em 1871, existiam apenas cerca de 80 vagas ao primeiro posto. (Conde D'Eu)

Era essencial que o médico militar recebesse um ensino especial, criando-se cadeiras específicas, anexas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, à semelhança da França e outros países europeus. (Conde D'Eu)

O que foi considerado inconveniente, em campanha, foi a existência nos hospitais de um diretor médico e o 1º cirurgião, também diretor. O que causava sempre uma desarmonia. O médico ficava tolhido em atuar no Estado-Maior do hospital. O Decreto nº 2.715, de 26 de dezembro de 1860, estipulava a presença de um oficial mais antigo do que o médico de maior patente. Havia um projeto para que o diretor do hospital fosse um primeiro tenente ou o 1º cirurgião do hospital. (Conde D'Eu)

O Corpo de Saúde não estava na proporção desejada. Deveriam ser no mínimo de 200 médicos, ao contrário da realidade dos 169 oficiais, incluídos os boticários.

SERVIÇO ECLESIASTICO (Conde D'Eu)

Quanto ao serviço eclesiástico não se conseguia preencher os claros por não haver vantagens que atraíssem os sacerdotes. Em 1856 foi estabelecido em 40 o número de capelães (tenentes ou capitães), o que era compatível com as necessidades do momento. Existiam, na época, 25 capelães militares no Exército.

No Paraguai foi observado que os capuchinhos se distinguiram pelo zelo e caridade aos doentes e moribundos.

Quanto aos eclesiásticos, acreditava Caxias que necessitavam ter um superior, um capitão-mor. Foi necessário contratá-lo. (Caxias)

Segundo o General Câmara, ele pouco ou nada tinha a comentar sobre o Corpo Médico e o Eclesiástico. Seria, entretanto, recomendável dispor de mais transportes compatíveis para ambulâncias ligeiras, farmácias móveis e carros com instrumentos cirúrgicos indispensáveis para os primeiros atendimentos em combate. Quanto ao Corpo Eclesiástico, nada tinha a declarar.

AÇÃO CONJUNTA

Praticamente, durante toda a guerra a Marinha e o Exército realizaram ações conjuntas. Onde destaca-se a Batalha do Riachuelo na qual o desempenho de Barroso com a vitória fechou o Rio Paraná aos navios paraguaios. Embarcados em nossos navios, tropas de infantaria estavam a bordo.

Outra operação, pouco lembrada, de grande envergadura e complexidade, foi a transposição do Rio Paraná para a invasão do território inimigo. Desde o período dos reconhecimentos até o apoio de fogo no desembarque no Atajo, a oeste de Itapiru. Foi importante o apoio de fogo até a ocupação do Passo da Pátria.

Para a conquista de Humaitá, Marinha e Exército estiveram juntos todo o tempo durante as operações. Nas conquistas de Curuzu e Curupaiti e na passagem de Humaitá, onde, atuando de maneira criteriosa e sem precipitações, fez-se a junção com as tropas de Caxias, com a sua manobra de flanco em direção a Tuiu-Cuê, Estabelecimento e Taii, associada a uma fixação em Paso Pucu, Ângulo e Espinillo.

No prosseguimento podemos ver a transposição do Rio Paraguai para a realização da manobra do Chaco, até frente a San Antonio onde nova transposição retornam à margem esquerda dois corpos de Exército que iriam logo em seguida desencadear as operações da Dezembroada em direção ao sul, em que as tropas brasileiras conquistaram grandes vitórias, em Itororó, Avai e Lomas Valentinas,

onde praticamente a guerra se transformou em uma perseguição as tropas paraguaias até Cerro Corá. Pondo fim a guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos depoimentos dos grandes Chefes Militares sobre a campanha da Tríplice Aliança, podemos concluir que:

O aprisionamento do *Marquês de Olinda*, seguido da invasão de Mato Grosso e Rio Grande, desencadeou uma guerra, que poderia ter sido evitada.

O Império, com um efetivo diminuto de 18 mil homens, estava apenas preocupado com as fronteiras guarnecidas por alguma tropa de linha e pela Guarda.

A mobilização nacional foi falha, onde o recrutamento foi voltado para voluntários e para as camadas menos favorecidas, de homens sem a mínima preparação para o combate.

Os soldados eram despreparados assim como muitos oficiais mobilizados pelo voluntariado ou guardas nacionais sem experiência de guerra. Sem a instrução e sem o adestramento desejado, a tropa deixava a desejar em relação à disciplina.

Ressaltam durante todo o conflito as dificuldades para a realização do apoio logístico. Tendo havido uma melhora por ocasião do comando do Marquês de Caxias, que organizou e normatizou essa atividade. Mas no final, quando as tropas se afastaram das margens dos rios navegáveis para os nossos navios, a situação agravou-se crescendo o número de desertores nas operações nas Cordilheiras.

Apesar dos relatórios dos nossos comandantes, os ensinamentos da guerra não serviram para uma avaliação que resultasse na reorganização da Força Terrestre.

A preocupação do governo imperial ao fim da guerra foi a rápida desmobilização e redução dos efetivos. As sombras da República e do abolicionismo preocupavam o governo. Somente com o advento da República, passou haver uma preocupação pela reorganização da Força Terrestre.